



SONAE - S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - 4471- 909 MAIA

Capital Social: Euro 2.000.000.000

C.R.C. Maia - Matrícula nº 14 168

Pessoa Colectiva nº 500 273 170

RELATÓRIO E CONTAS

2003

Sonae SGPS, SA - Sociedade Aberta
Lugar do Espido Via Norte Apartado 1011
4471-909 Maia Portugal
Capital Social Euro 2 000 000 000
C.R.C. Maia (Matricula n.º 14168)
Pessoa Colectiva n.º 500 273 170

SONAE, SGPS, SA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2003

Senhores Accionistas:

Concluído o exercício de 2003 cumpre-nos apresentar a V. Ex.as, o relatório de gestão e contas referentes ao período decorrido, salientando que as demonstrações financeiras aqui apresentadas se referem à actividade individual da sociedade mãe do Grupo, a Sonae, SGPS, SA, sendo a informação sobre a actividade consolidada apresentada em relatório próprio no próximo mês de Março.

1. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

A atenuação dos conflitos geopolíticos a partir de meados de 2003 permitiu a retoma da confiança dos agentes económicos que originou a aceleração consistente do crescimento da Economia Mundial, alicerçada em níveis baixos de inflação e de taxas de juro e na estabilização do preço do petróleo.

Este crescimento foi porém desigual; mais forte nos Estados Unidos (crescimento do PIB de 2,9%) e no Japão (2,7%) e menos acentuado na União Europeia (0,7%).

Uma vez mais a falta de flexibilidade dos mercados a par das dificuldades de consolidação orçamental nos países mais relevantes contribuíram para que o crescimento na União Europeia ficasse aquém das expectativas, tendo mesmo representado uma clara desaceleração e no caso de alguns países estagnação ou mesmo recessão.

Em Portugal, a quebra do consumo (privado e público) associada à degradação da confiança dos consumidores e às restrições orçamentais, bem como a acentuada quebra do investimento privado, originaram uma quebra do Produto Interno Bruto (0,9%), apesar do efeito positivo do acréscimo das exportações e da contenção das importações. A redução da actividade económica, consequência do brutal ajustamento dos desequilíbrios estruturais, em particular da perda de competitividade, conduziu ao agravamento do desemprego com os evidentes efeitos na redução do rendimento disponível das famílias, já de si afectado pelos elevados níveis de endividamento com origem no passado recente. A menor pressão da procura e a ausência de pressões externas induziu a diminuição do ritmo de crescimento dos preços (inflação estimada em 3,3%), ainda assim a um nível bem acima do dos nossos parceiros comerciais da União Europeia e dos objectivos de política monetária.

O cumprimento das metas orçamentais do Estado ficou-se uma vez mais a dever a medidas excepcionais, já que a rigidez da despesa pública e a quebra das receitas fiscais, consequência do abrandamento da actividade económica, não permitiram ainda diminuir com algum significado o défice estrutural do Estado.

Este contexto tem tendência a manter-se em 2004, podendo a tendência negativa todavia ser atenuada caso se verifique a retoma dos mercados de exportação mais relevantes (União Europeia e Estados Unidos). As previsões apontam para uma leve retoma (0 a 1,5%, na opinião do Banco de Portugal) alicerçada no crescimento das exportações, no esforço de consolidação orçamental e na diminuição da inflação.

Em termos puramente económicos o principal desafio é o aumento da competitividade, quer do sector privado, quer sobretudo do sector público, com uma mais eficiente utilização dos recursos que permita a Portugal captar níveis crescentes de investimento produtor de riqueza.

2. ACTIVIDADE

A actividade da sociedade centrou-se na gestão dos seus investimentos e no reforço das estruturas financeiras dos seus negócios.

Em Janeiro de 2003, a sociedade subscreveu 70,6% do aumento de capital da Modelo Continente, SGPS, SA de 1.000 para 1.100 milhões de euros, através da emissão de 100.000.000 novas acções ao valor nominal, o qual tinha sido objecto de subscrição indirecta por um sindicato bancário ainda em 2002. Esta operação consubstanciou, em conjunto com a aquisição em bolsa de valores de 1.517.779 acções dessa filial, um investimento de 78,7 milhões de euros. Após a subscrição do aumento de capital e estas aquisições a Sonae detém 57,03% do capital social da Modelo Continente, SGPS, SA.

Em 30 de Abril a sociedade adquiriu por cerca de 136 milhões de euros os 49,99% do capital social da Sonae Produtos e Derivados Florestais, SA que eram pertença de terceiros, passando assim a controlar integralmente essa filial.

Durante o exercício a sociedade reforçou a sua participação na Sonae Indústria, SGPS, SA através da aquisição em bolsa de valores de 147.866 acções, um investimento de cerca de 0,6 milhões de euros. Após estas aquisições a Sonae passou a deter 95,87% do capital social da Sonae Indústria, SGPS, SA.

3. RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

A sociedade registou no exercício de 2003 um resultado líquido positivo de 29,6 milhões de euros, que decorreu essencialmente dos resultados financeiros que foram positivos em cerca de 34,7 milhões de euros fruto do diferencial entre os juros pagos e os juros recebidos de empresas do grupo.

De realçar a diminuição em cerca de 178 milhões de euros da dívida externa remunerada.

4. MERCADO DE CAPITALIS

Em 2003 parece ter terminado o movimento de correcção do valor dos títulos cotados iniciado em 2000, assistindo-se já a recuperações, em alguns casos significativas, dos índices de cotações nas principais praças mundiais, sendo de destacar a recuperação da confiança dos investidores norte americanos e alemães.

O mercado Português acompanhou a tendência de alta dos restantes mercados embora atenuada pela crise económica.

O título Sonae manteve uma tendência indefinida até meados do ano tendo sobretudo a partir de Setembro começado uma recuperação significativa associada à percepção mais positiva do mercado sobre a evolução dos negócios do Grupo Sonae e do seu valor intrínseco. Para tal contribuiu a explicitação do valor do negócio de Centros Comerciais demonstrada com a criação de um fundo de investimento que incluiu a generalidade do portfolio de centros comerciais propriedade ou co-propriedade do Grupo Sonae.

A cotação da acção Sonae fechou em 31 de Dezembro de 2003 nos 0,66 euros, com uma valorização nominal durante o ano de 65%, valor que compara com uma valorização do mercado de cerca de 16%, medida pelo índice PSI 20.

5. ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício a sociedade não adquiriu nem alienou quaisquer acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2003 a sociedade detinha, directa e indirectamente, 134.178.021 acções próprias (6,71% do capital social), com um custo de aquisição médio de 1,077 euros.

6. GOVERNO DA SOCIEDADE

As informações relativas a este tema estão mencionadas em anexo ao relatório de gestão consolidado, cabendo apenas referência à não ocorrência de alterações relevantes durante 2003.

7. PERSPECTIVAS

A sociedade procurará em 2004 novas oportunidades para demonstrar o valor dos seus activos posicionando-os de uma forma que seja mais eficiente e capturando os benefícios do esforço de racionalização empreendido nos últimos anos.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados do exercício, no montante de 29.684.383,04 euros sejam aplicados da seguinte forma:

Reservas legais.....	1.484.220,00 euros
Dividendos.....	27.987.329,69 euros
Reservas Livres.....	212.833,35 euros

Tendo em consideração que o Conselho de Administração se propõe manter o número de acções próprias em carteira até à distribuição do dividendo, a cada acção caberá o dividendo ilíquido a distribuir de 0,015 euros por acção.

9. NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece a todas as entidades o apoio e confiança demonstradas. Ao Revisor Oficial de Contas agradecemos a sua cooperação no acompanhamento da actividade. Aos nossos colaboradores testemunhamos o agradecimento pelo esforço desenvolvido.

Maia, 26 de Fevereiro de 2004

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

TÍTULOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS E RESPECTIVAS TRANSACÇÕES DURANTE 2003

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2003
						Quantidade
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Imparfin, SGPS, SA (3)						150.000
Compra	24.10.2003	37.500	4,79			
Sonae, SGPS, SA						14.901
Compra	24.10.2003	793.766	0,63			
Venda	17.11.2003			793.766	0,63	
Sonae.com, SGPS, SA						75.537
Álvaro Carmona e Costa Portela						
Sonae, SGPS, SA						25.934
Sonae.com, SGPS, SA						59.800
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão						
Sonae.com, SGPS, SA						59.800
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (3)						150.000
Compra	24.10.2003	37.500	4,79			
Sonae, SGPS, SA						277.486
Sonae.com, SGPS, SA						264.875
Obrigações Sonae Indústria / 98						-
Amortização	03.03.2003			2.013.647	0,01	
Obrigações Modelo Continente / 95						-
Amortização	30.10.2003			598.558	0,005	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA						4.564
Sonae.com, SGPS, SA						59.800

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2003
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						949.983.715
Compra	24.10.2003	1.088.525	0,61			
Compra	17.11.2003	793.766	0,63			
Pareuro, BV (2)						20.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA						108.820.695
(3) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						4.105.273
Venda	24.10.2003			1.088.525	0,61	

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	<u>Número de acções a 31.12.03</u>
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	949.983.715
Pareuro, BV	20.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	108.820.695

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao artº 6º, nº 1, alínea e) do Regulamento da CMVM nº 11/2000, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 24/2000, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2003:

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	949.983.715	50,915%
Pareuro, BV	108.820.695	5,832%
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo	14.901	0,001%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	321.012	0,017%
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	277.486	0,015%
Total imputável	1.059.417.809	56,780%
Banco BPI, S.A.	51.868	0,003%
Banco Português de Investimento, S.A.	6.149.558	0,330%
Fundos de pensões geridos pela BPI - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2.253.776	0,121%
Fundos de Investimento geridos pela BPI - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	31.693.846	1,699%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	199.523	0,011%
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	934.513	0,050%
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	844.765	0,045%
Total imputável	42.127.849	2,258%

SONAE, SGPS, SA
Balanço

euros

Activo	03.12.31			02.12.31
	Activo Bruto	Amort. e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	16.191.325	16.191.325		
Propriedade industrial e outros direitos.....	19.486	19.486		
	16.210.811	16.210.811		
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico.....	17.352	13.021	4.331	6.066
Equipamento de transporte.....	194.407	194.407		
Equipamento administrativo.....	1.558.129	1.534.129	24.000	37.222
	1.769.888	1.741.557	28.331	43.288
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo.....	2.553.950.843		2.553.950.843	2.338.037.132
Empréstimos a empresas do grupo.....	1.455.391.482		1.455.391.482	1.575.883.797
Títulos e outras aplicações financeiras.....	49.880		49.880	
	4.009.392.205		4.009.392.205	3.913.920.929
CIRCULANTE				
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Outros devedores.....	20.369		20.369	31.263
	20.369		20.369	31.263
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Empresas do grupo.....	23.939.616		23.939.616	124.309.884
Estado e outros entes públicos.....	818.904		818.904	4.035.814
Outros devedores.....	644.199		644.199	49.498.806
	25.402.719		25.402.719	177.844.504
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	130.321		130.321	58.823.534
Caixa.....	2.500		2.500	2.500
	132.821		132.821	58.826.034
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos.....	218.274		218.274	1.001.835
Custos diferidos.....	147.688		147.688	391.402
	365.961		365.961	1.393.237
Total de amortizações		17.952.368		
Total de provisões				
Total do activo	4.053.294.774	17.952.368	4.035.342.406	4.152.059.255

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA
Balanço
euros

Capital Próprio e Passivo	03.12.31	02.12.31
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital.....	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções próprias - valor nominal.....	-134.128.021	-134.128.021
Acções próprias - descontos e prémios.....	-9.856.199	-9.856.199
Reservas:		
Reservas legais.....	150.629.362	150.629.362
Outras reservas.....	1.405.775.521	1.805.156.799
	3.412.420.663	3.811.801.941
Resultado líquido do exercício	29.684.383	-399.381.278
Total dos capitais próprios	3.442.105.046	3.412.420.663
PASSIVO		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	149.639.369	199.519.159
Dívidas a instituições de crédito.....	40.625.000	46.875.000
	190.264.369	246.394.159
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	49.879.790	
Dívidas a instituições de crédito.....	174.366.368	346.154.415
Fornecedores c/c.....	125.177	22.245
Empresas do grupo.....	137.595.578	106.016.635
Outros accionistas.....	30.548	64.508
Estado e outros entes públicos.....	379.478	800.918
Outros credores.....	35.311.335	36.631.932
	397.688.274	489.690.653
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos.....	5.284.717	3.553.780
	5.284.717	3.553.780
Total do passivo	593.237.360	739.638.592
Total do capital próprio e do passivo	4.035.342.406	4.152.059.255

O Técnico de Contas
O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA
Demonstração dos Resultados por Natureza
euros

	03.12.31		02.12.31	
CUSTOS E PERDAS				
Fornecimentos e serviços externos		1.457.206		1.575.119
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	2.361.930		2.246.568	
Encargos sociais:				
Outros.....	357.366	2.719.296	921.344	3.167.912
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	16.059		1.401.875	
Provisões.....		16.059		1.401.875
Impostos.....	1.558.867		986.545	
Outros custos operacionais.....	94.924	1.653.791	37.624	1.024.169
(A)		5.846.352		7.169.075
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....	4.329.159		4.796.356	
Outros.....	27.005.106	31.334.265	39.815.383	44.611.739
(C)		37.180.617		51.780.814
Custos e perdas extraordinárias		40.805		432.836.734
(E)		37.221.422		484.617.548
Imposto sobre o rendimento do exercício		9.345		5.238
(G)		37.230.767		484.622.786
Resultado líquido do exercício.....		29.684.383		-399.381.278
		66.915.150		85.241.508
Proveitos e ganhos				
Proveitos suplementares	5.691		22.545	
Outros proveitos e ganhos operacionais		5.691		22.545
(B)		5.691		22.545
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas do grupo.....	4.083.769		6.319.943	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....	61.955.201		70.902.873	
Outros.....	29.384	66.068.354	4.139.181	81.361.997
(D)		66.074.045		81.384.542
Proveitos e ganhos extraordinários		841.105		3.856.966
(F)		66.915.150		85.241.508
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-5.840.661		-7.146.530
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		34.734.089		36.750.258
Resultados correntes: (D) - (C) =		28.893.428		29.603.728
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		29.693.728		-399.376.040
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		29.684.383		-399.381.278

O Técnico de Contas
O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

euros

	03.12.31	02.12.31
Vendas e Prestações de Serviços		
Custo Vendas e das Prestações de Serviços		
RESULTADOS BRUTOS		
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	5.691	22.545
Custos de Distribuição		
Custos Administrativos	-4.192.561	-6.144.907
Outros Custos e Perdas Operacionais	-229.222	-417.983
RESULTADOS OPERACIONAIS	-4.416.092	-6.540.345
Custo Líquido de Financiamento	34.100.660	39.363.195
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	47.252	-432.231.637
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	-38.092	32.747
RESULTADOS CORRENTES	29.693.728	-399.376.040
Imposto sobre os Resultados Correntes	9.345	5.238
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	29.684.383	-399.381.278
Resultados Extraordinários		
Imposto sobre os Resultados Extraordinários		
RESULTADOS LÍQUIDOS	29.684.383	-399.381.278
RESULTADOS POR ACÇÃO	0,02	-0,21

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto pela Directriz Contabilística nº 9/92, por se considerar que, apresentando esta sociedade demonstrações financeiras consolidadas, a aplicação do referido método nas contas individuais continuaria a não traduzir uma imagem apropriada da composição do património e actividades desenvolvidas pelo conjunto da Sociedade com as suas filiais. Adicionalmente, a aplicação deste método, quando a Sociedade apresenta demonstrações financeiras consolidadas, não é obrigatória no normativo internacional.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, considerando as reavaliações do imobilizado corpóreo, e aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

a) Activo imobilizado corpóreo

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais referidas na nota 12, acrescidos das despesas imputáveis à compra.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo.

b) Activo imobilizado incorpóreo

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas permanentes de valor estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros.

Na determinação do custo de aquisição das participações financeiras alienadas é utilizado o critério de relevação por lotes.

d) Dívidas de e a Terceiros

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação.

À data do balanço as dívidas resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data. As respectivas diferenças de câmbio são reconhecidas como resultados do exercício.

e) Reconhecimento de Custos e Proveitos

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

f) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas estimadas.

g) Imposto sobre o Rendimento

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA SOCIEDADE

Durante o exercício de 2003, o número médio de pessoas ao serviço da Sociedade foi o seguinte:

	03.12.31
Empregados	36

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Sociedade procedeu ao abate de emolumentos pagos em exercícios anteriores, registados na rubrica "Despesas de instalação" no montante de 609.536 Euros relativos a operações de aumento de capital e alterações a contratos de sociedade, e que foram reclamados judicialmente tendo sido recebidos do Estado Português durante o exercício como consequência de decisão judicial favorável (Notas 10 e 46).

10. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o período, nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto						euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	16.800.861				-609.536	16.191.325
Propriedade industrial e outros direitos	19.486					19.486
	16.820.347				-609.536	16.210.811
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	17.352					17.352
Equipamento de transporte	194.407					194.407
Equipamento administrativo	1.560.516		1.102	3.489		1.558.129
	1.772.275		1.102	3.489		1.769.866
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	2.338.037.132		216.204.059	290.348		2.553.950.843
Empréstimos a empresas do grupo	1.575.883.797		462.143.363	598.805.618	16.169.940	1.455.391.482
Titulos e outras aplicações financeiras			49.880			49.880
	3.913.920.929		678.397.302	599.095.966	16.169.940	4.009.392.205

Amortizações						euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	16.800.861				-609.536	16.191.325
Propriedade industrial e outros direitos	19.486					19.486
	16.820.347				-609.536	16.210.811
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	11.286		1.735			13.021
Equipamento de transporte	194.407					194.407
Equipamento administrativo	1.523.294		14.324	3.489		1.534.129
	1.728.987		16.059	3.489		1.741.557

12. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Sociedade procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

13. REAVALIAÇÕES

As reavaliações descritas na nota anterior já não produzem diferença entre o custo histórico e o valor reavaliado líquido.

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas do grupo e associadas:

Firma	Sede	% de Participação	euros	
			Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2003	Resultados
Integrum - Serviços Partilhados, SA	Maia	85,00	-1.043.557	-1.338.570
Interlog, SGPS, SA	Lisboa	1,02	18.154.620	402.468
Modelo Continente, SGPS, SA	Matosinhos	57,03	2.292.290.775	67.337.293
Sonae Capital, SGPS, SA	Maia	100,00	117.974.199	54.446.608
Sonae Indústria, SGPS, SA	Maia	95,87	812.231.566	127.964.741
Sonae Investimentos América Latina, Lda	S. Paulo	99,99	15.075	1.802
Sonae Investments, BV	Holanda	100,00	-252.975.766	-11.009.949
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA	Maia	100,00	244.951.486	1.167.979
Sonae Turismo, SGPS, SA	Maia	97,89	198.567.617	1.252.985
Sonaecom, SGPS, SA	Maia	17,27	487.268.109	-23.070.372
Sonae 3 P - Panels, Pulp and Paper, SGPS, SA	Maia	100,00	48.056	-1.362
Sonaegest Soc. Gest. Fundos Imobiliários, SA	Maia	20,00	1.405.233	-40.023

Por estipulação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, informa-se que se encontra em curso litígio judicial em que se discute a validade das aquisições efectuadas através da escritura lavrada ao abrigo do artigo 490º do Código das Sociedades Comerciais, produzindo tal litígio apenas efeitos em relação à titularidade de 7.467 acções representativas do capital social da Interlog - SGPS, S.A..

A empresa consolida as suas demonstrações financeiras na Efanor Investimentos, SGPS, SA com sede no Porto, apresentando ela própria demonstrações financeiras consolidadas.

27. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS SIMILARES EMITIDOS PELA SOCIEDADE

OBRIGAÇÕES SONAE / 97

14.963.936.912 obrigações - Valor nominal: 0,01 euros, resultantes da redenominação de 3.000.000 obrigações com o valor nominal de Esc. 10.000\$00

Modalidade: Obrigações clássicas

Subscrição: Particular em 24 de Outubro de 1997

Representação: Títulos desmaterializados

Realização: Pagamento integral, ao valor nominal, no acto de subscrição

Prazo do Empréstimo: 10 anos, salvo se ocorrer reembolso antecipado

Taxa de Juro Nominal:

1º ao 14º cupão - correspondente à Euribor na base 365 dias (anteriormente Lisbor), divulgada nas páginas da Reuters, para prazos de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao 1º dia de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,17%;

15º ao 20º cupão - correspondente à Euribor na base 365 dias (anteriormente Lisbor), divulgada nas páginas da Reuters, para prazos de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao 1º dia de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,22%;

Pagamento de juros: semestral e postecipadamente em 24 de Abril e 24 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Far-se-á ao par, em duas prestações iguais, por redução do valor nominal, na data de vencimento dos 18º (24 de Outubro de 2005) e 20º (24 de Outubro de 2006) cupões. O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da emitente, total ou parcialmente, neste último caso por redução ao valor nominal na data de vencimento do 6º, 10º, 14º e 16º cupões mediante o pagamento de prémios de reembolso de 0,02%, 0,01%, 0,0% e 0,0075%, respectivamente, calculados sobre o montante antecipadamente reembolsado. O empréstimo poderá ainda ser reembolsado antecipadamente por iniciativa dos obrigacionistas, total ou parcialmente ao valor nominal na data de vencimento do 14º cupão (24 de Outubro de 2004). Na primeira situação a emitente deverá publicar aviso no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa com antecedência mínima de trinta dias. Na segunda situação deverão os obrigacionistas comunicar a sua intenção à emitente, por escrito, também com uma antecedência de trinta dias.

Regime Fiscal: retenção na fonte de IRS/IRC à taxa de 20%, liberatória para pessoas singulares, salvo se optarem por englobamento de rendimentos, e isenção de imposto de sucessões e doações.

Admissão à cotação no 2º Mercado, em 11 de Maio de 1998.

Não obstante o empréstimo obrigacionista ter cláusulas de “call/put option”, optou-se por manter nas contas os vencimentos na data mais longínqua no pressuposto de que, ocorrendo qualquer das opções de reembolso antecipado, se poderá proceder ao seu refinanciamento, mantendo-se, assim, a estrutura dos capitais permanentes.

OBRIGAÇÕES DENOMINADAS “INPARSA / 98”

4.987.979.009 obrigações - Valor nominal 0,01 euros, resultantes da redenominação de 10.000.000 obrigações com o valor nominal 1.000\$00

Modalidade: Obrigações com direitos de subscrição de acções e taxa de juro variável.

Subscrição: Indirecta, com a obrigação de ser realizada uma oferta pública reservada a accionistas a que correspondeu um direito de subscrição de 0,34188034 obrigações por acção.

Representação: Títulos desmaterializados.

Realização: Pagamento integral, ao valor nominal, no acto de subscrição.

Prazo do empréstimo: 5 anos

Direitos de subscrição de acções: Um direito de subscrição (warrant A) de 2 acções da Inparsa, ao preço de 1.500\$00 por acção, a exercer no final do 2º ano; um direito de subscrição (warrant B) de 2 acções Inparsa, ao preço de 1.500\$00 por acção, a exercer no final do 3º ano. Em 1999 e nos termos da deliberação de emissão a Sociedade antecipou o exercício dos warrants A e B.

Taxa de juro nominal: A taxa de juro é variável, indexada à taxa Lisbor a 6 meses verificada no segundo dia útil anterior ao início do período de contagem de juros, com um “spread” negativo de 5 pontos percentuais até ao 6º cupão inclusive e positivo de 0.35 pontos percentuais a partir do 7º cupão inclusive. A taxa de juro não pode ser, no entanto, inferior a 0%. Como a empresa optou pela redenominação do empréstimo para Euros, a respectiva taxa indexante é a taxa Euribor, tal como definido nas condições do empréstimo obrigacionista.

Pagamento de juros: Semestral e postecipadamente em 11 de Janeiro e 11 de Julho de cada ano.

Reembolso: O empréstimo foi amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, em 11 de Janeiro de 2004.

Regime fiscal: retenção na fonte de IRS/IRC à taxa de 20%, liberatória para pessoas singulares salvo se optarem por englobamento de rendimentos, e isenção de imposto de sucessões e doações.

No dia 1 de Fevereiro de 1998 o Empréstimo Obrigacionista foi admitido à cotação.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

O valor registado na rubrica Empréstimos bancários de médio e longo prazo corresponde a um financiamento junto de uma instituição bancária para o qual são solidariamente responsáveis a Sociedade e a sua participada Sonae Indústria, SGPS, SA, que vence juros à taxa de mercado e que será reembolsado em prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de Dezembro de 2003 (consideradas as prestações de 15 de Junho de 2004 e a de 15 de Dezembro de 2004, em dívidas a instituições de crédito - curto prazo) e a última em 15 de Junho de 2011.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2003, eram os seguintes os valores de compromissos financeiros não reflectidos no balanço:

	euros
Rendas de ALD vincendas	144.605

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Garantias:

	euros
1ª Repartição de Finanças da Maia	1.668.260
Tribunal Administrativo do Porto	280.708
3ª Juízo Cível do Porto	74.491
Banco Europeu de Investimento (a)	169.000.000

(a) Inclui 119.000.000 de euros relativos a garantia solidária com as filiais Sonae Indústria, SGPS, SA e Glunz, AG.

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 23.692.900 euros concedido à Imoarea - Sociedade Imobiliária, S.A.

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 14.963.937 euros concedido à Imoarea - Sociedade Imobiliária, S.A.

A Sociedade é solidariamente responsável por financiamentos da sua filial Sonae Investments, BV no montante de 13.453.602 euros.

A Sociedade é solidariamente responsável por um financiamento das suas filiais Sonae Indústria, SGPS, SA e Glunz, AG no montante de 119.000.000 euros.

A Sociedade é solidariamente responsável por um financiamento da sua filial Sonae Táfira UK até ao montante de 2.000.000 GBP, não se encontrando utilizado qualquer montante em 31 de Dezembro de 2003.

A Sociedade é solidariamente responsável por um financiamento das suas filiais Sonae Indústria, SGPS, SA e Tableros Aglomerados Ibericos, SA até na montante de 22.000.000 euros, encontrando-se utilizados em 31 de Dezembro de 2003 o montante de 13.992.530,50 euros.

Penhor sobre 31,83% de acções Modelo Continente, SGPS, SA dados ao Grupo Santander em cumprimento de disposições contratuais decorrentes de contratos de opção de compra e venda de acções Modelo Continente, SGPS, SA com uma filial.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2003 o capital social está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias ao portador escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

37. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL SUPERIOR OU IGUAL A 20%, POR PESSOAS COLECTIVAS

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2003:

Sociedade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	50,91

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios durante o exercício de 2003 foram como segue:

Rubricas	euros		
	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
Capital	2.000.000.000		2.000.000.000
Acções Próprias:			
Valor nominal	-134.128.021		-134.128.021
Desconto e prémios	-9.856.199		-9.856.199
Reservas			
- Reservas legais	150.629.362		150.629.362
- Outras reservas			
- Livres	1.660.648.244	399.381.278	1.261.266.966
- Reserva nos termos do artº 324 CSC	144.508.555		144.508.555
	3.811.801.941	399.381.278	3.412.420.663

Aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2002, conforme deliberação da Assembleia Geral anual:

	euros
Reservas livres	-399.381.278
	-399.381.278

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

	euros
Conselho de Administração	752.025 a)
Remuneração anual do Auditor	45.980 b)

a) inclui apenas as remunerações pagas na sociedade individualmente considerada.

b) 79,34% relativos a serviços de auditoria e revisão de contas e 20,66% relativos a serviços de consultoria fiscal.

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

	euros	
	03.12.31	02.12.31
Custos e perdas		
Juros suportados	26.477.744	43.531.757
Diferenças de câmbio desfavoráveis		1.007
Outros custos e perdas financeiras	4.856.521	1.078.975
Resultados financeiros	34.734.089	36.750.258
	66.068.354	81.361.997
Proveitos e ganhos	03.12.31	02.12.31
Juros obtidos	66.068.245	77.245.654
Diferenças de câmbio favoráveis	109	
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		4.116.343
	66.068.354	81.361.997

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	euros	
	03.12.31	02.12.31
Custos e perdas		
Donativos	40.000	40.000
Perdas em imobilizações		432.231.637
Multas e penalidades		55
Correcções relativas a exercícios anteriores		2.637
Outros custos e perdas extraordinárias	805	562.404
Resultados extraordinários	800.300	-428.979.768
	841.105	3.856.966
Proveitos e ganhos	03.12.31	02.12.31
Ganhos em imobilizações	47.302	1.447
Correcções relativas a exercícios anteriores		12.744
Outros proveitos e ganhos extraordinários	793.803	3.842.775
	841.105	3.856.966

47. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Decreto-Lei n.º 318/94 artº 5º nº 4

Durante o exercício de 2003 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Investments BV
Sonae Turismo SGPS, SA

Durante o exercício de 2003 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Agloma - Soc. de Madeiras e Aglomerados, SA
 Barmins - Serviços e Gestão Imobiliária, SA
 Campimeios - Sociedade Imobiliária, SA
 Casca - Sociedade de Revestimentos, SA
 Choice-Car, SGPS, SA
 Contacto - Sociedade de Construções, SA
 Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA
 Ecociclo - Energia e Ambiente, SA
 Efanor Investimentos, SGPS, SA
 Equador & Burnay - Agência de Viagens, SA
 Equador & Mendes - Agência de Viagens e Turismo, SA
 Euroresinas - Indústrias Químicas, SA
 Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, SA
 Imoferro - Sociedade Imobiliária, SA
 Integrum - Serviços Partilhados, SA
 Maichave - Consultadoria e Gestão, SA
 Maiequipa - Gestão Florestal, SA
 Modelo , SGPS, SA
 Modelo Continente, SGPS, SA
 Modis - Distribuição Centralizada, SA
 Novis Telecom, SA
 OK Bazar - Comércio Geral, SA
 Pargeste, SGPS, SA
 Poliface - Comp. e Sist. para Mob. e Construção, SA
 Praedium - Desenvolvimento Imobiliário, SA
 Prosa - Programação Informática, SA
 Resoflex - Mobiliário e Equipamentos de Gestão, SA
 SIAF - Energia, SA
 Socelpac, SGPS, SA
 Solinca - Lazer, SGPS, SA
 Soltroia - Soc. Imobil. Urb. Tur. de Troia, SA
 Sonae - Serviços de Gestão, SA
 Sonae Indústria - Consultadoria e Gestão, SA
 Sonae Indústria de Revestimentos, SA
 Sonae Indústria, SGPS, SA
 Sonae Matrix - Multimédia, SGPS, SA
 Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA
 Sonae Retalho Especializado, SGPS, SA
 Sonae Táfibra - Gestão Comercial, SA
 Sonae Turismo - Gestão e Serviços, SA
 Sonae Turismo, SGPS, SA
 Sonaecom, SGPS, SA
 Spinveste - Promoção Imobiliária, SA
 Spred, SGPS, SA
 SRE - Projectos e Consultadoria, SA
 Star Viagens e Turismo, SA
 Todos os Dias - Com. a Retalho e Expl. de Centros Comerciais, SA
 We Do Consulting - Sistemas de Informação, SA
 World Trade Center Porto, SA

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2003 são as seguintes:

Empréstimos Concedidos

	euros
Empresas	Saldo final
Integrum - Serviços Partilhados, SA	3.063.000
Sonae Capital, SGPS, SA	152.709.895
Sonae Indústria, SGPS, SA	215.596.290
Sonae Investments BV	1.078.460.338
Sonae Turismo, SGPS, SA	10.167.458
	<u>1.459.996.981</u>

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2003 são as seguintes:

Empréstimos Obtidos	
	euros
Empresas	Saldo Final
Sonae Turismo, SGPS, SA	22.430.000
Spred, SGPS, SA	329.000
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA	30.548.599
Sonaeacom, SGPS, SA	79.650.000
Prosa - Programação Informática, SA	4.631.400
	137.588.999

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 30 de Abril de 2003 a Sociedade assinou com uma instituição financeira um contrato de derivado financeiro, segundo o qual lhe é concedida a capacidade para adquirir um lote de 116.625.111 acções representativas do capital social da Portucel – Empresa Produtora de Pasta de Papel, SA, que aquela instituição financeira adquiriu com condição suspensiva a uma filial da Sociedade por um montante igual ao preço da sua alienação por esta filial. O referido contrato contempla a possibilidade de alienação das acções pela instituição financeira a terceiros, caso a Sociedade a não impeça.

Em resultado da celebração deste contrato, a Sociedade regista os respectivos custos nas demonstrações financeiras anexas na rubrica de custos financeiros (Nota 45.).

Em 29 de Dezembro de 2003 a Sonae, SGPS, SA (Sonae) concedeu ao Banco de Investimento Global, SA (Banco) o direito de lhe vender, parcial ou integralmente, 6.700.000 acções representativas do capital social da Portucel - Empresa Produtora de Pasta de Papel, SA, entre 1 de Julho e 31 de Dezembro de 2004. Em simultâneo o Banco concedeu à Sonae direito de preferência na alienação dessas acções e a Sonae concedeu ao Banco direito a incluir essas acções em venda que a Sonae venha a proceder.

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA A 31 de Dezembro de 2003

	03.12.31		02.12.31	
			euros	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
<i>Recebimentos de clientes</i>				
<i>Pagamentos a fornecedores</i>	1.075.200		1.396.674	
<i>Pagamentos ao pessoal</i>	2.671.816		3.066.357	
Fluxo gerado pelas operações	-3.747.016		-4.463.031	
<i>Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento</i>	-3.211.587		29.982	
<i>Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional</i>	720.844		2.024.643	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	185.415		-2.468.370	
<i>Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias</i>	793.803		3.867.725	
<i>Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias</i>	40.719		603.139	
Fluxo das actividades operacionais [1]		938.499		796.216
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
<i>Investimentos financeiros</i>	647.937.302		811.926.570	
<i>Imobilizações corpóreas</i>	489		2.145	
<i>Juros e proveitos similares</i>	63.404.013		63.512.288	
<i>Empréstimos concedidos</i>	676.235.195	1.387.576.999	788.193.307	1.663.634.310
Pagamentos respeitantes a:				
<i>Investimentos financeiros</i>	679.755.661		813.996.575	
<i>Imobilizações corpóreas</i>	1.102		10.949	
<i>Empréstimos concedidos</i>	589.586.531	1.269.343.294	755.599.882	1.569.607.406
Fluxos das actividades de investimento [2]		118.233.705		94.026.904
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
<i>Empréstimos obtidos</i>	1.336.137.696	1.336.137.696	1.555.485.640	1.555.485.640
Pagamentos respeitantes a:				
<i>Empréstimos obtidos</i>	1.421.455.097		1.632.611.474	
<i>Juros e custos similares</i>	31.365.809		33.236.638	
<i>Dividendos pagos</i>	33.960		82.268	
<i>Aquisição de acções próprias</i>		1.452.854.866		1.671.382.980
Fluxos das actividades de financiamento [3]		-116.717.170		-115.897.340
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		2.455.034		-21.074.220
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		-10.428.041		10.646.179
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-7.973.007		-10.428.041

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

Anexo à demonstração de fluxos de caixa

1- Aquisição / alienação de filiais e outras actividades

Alíneas a) e b)

Rúbricas	Alienações		Aquisições	
	Preço Total	Valor Recebido	Preço Total	Valor Pago
Investimentos Financeiros				
Associação Escola de Gestão do Porto			49.880	49.880
Integrum Serviços Partilhados, SA			566.369	566.369
Modelo Continente, SGPS, SA			78.771.135	78.771.135
Pargeste, SGPS, SA	6.000	6.000		
Sonae Indústria, SGPS, SA			622.445	622.445
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA			136.244.110	136.244.110
Sonae Turismo, SGPS, SA	317.600	317.600		
Total	323.600	323.600	216.253.939	216.253.939

c) Caixa e equivalentes existentes nas filiais adquiridas / alienadas

Não aplicável

d) Outros Activos e Passivos adquiridos / alienados

Não aplicável

2- Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	euros	
	03.12.31	02.12.31
Numerário	2.500	2.500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	130.321	58.823.534
Equivalentes a caixa	-8.105.828	-69.254.075
Caixa e seus equivalentes	-7.973.007	-10.428.041
Saldos credores de depósitos à ordem	8.105.828	69.254.075
Disponibilidades constantes do balanço	132.821	58.826.034

3- Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

a) Créditos bancários concedidos e não sacados

Não aplicável

b) Compra de uma empresa através da emissão de acções

Não aplicável

c) Conversão de dívidas em capital

Não aplicável

4- Fluxo de caixa por ramos de actividade e zonas geográficas

Não aplicável

5- Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa

Não aplicável

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 95
Registo na CMVM nº 223
NIPC 502 558 610
Capital Social 50 000 euros
Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 12.179

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Sonae, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 4.035.342.406 Euros e capitais próprios de 3.442.105.046 Euros, incluindo um resultado líquido de 29.684.383 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Empresa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

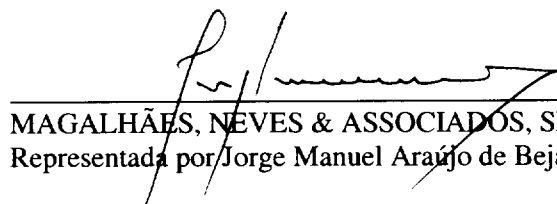
Reserva

5. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003. Embora na Nota 16 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data desta Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sonae, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 26 de Fevereiro de 2004


MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 95
Registo na CMVM nº 223
NIPC 502 558 610
Capital Social 50.000 euros
Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 12 179

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS INDIVIDUAIS

**Aos Accionistas da
Sonae, S.G.P.S., S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sonae, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

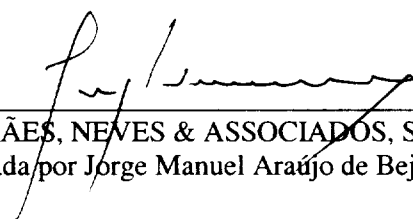
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2003 preparado pelo Conselho de Administração e das propostas nele incluídas. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a qual contém no seu parágrafo 5 uma reserva.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 26 de Fevereiro de 2004


MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas da
Sonae, S.G.P.S., S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae, S.G.P.S., S.A. ("Sonae"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sonae. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sonae, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. A Sonae irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003. Embora na Nota 16 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.
4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sonae, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 26 de Fevereiro de 2004

DELOITTE

SONAE-SGPS, SA
SOCIEDADE ANÓNIMA

Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Capital social: 2.000.000.000,00 EURO

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o nº 14.168

Pessoa Colectiva nº 500273170

Sociedade Aberta

Certifico que, nos termos da acta número noventa e três, de 31 de Março de 2004, tomada no livro de actas da Assembleia Geral de accionistas da sociedade supra referida, se mostra que foram aprovadas as seguintes propostas:

a) "Propõe-se que o Relatório de Gestão, Contas e respectivos anexos relativos ao exercício de dois mil e três sejam aprovados tal como apresentados."

b) "Propõe-se que o Relatório de Gestão, Contas Consolidadas e respectivos anexos relativos ao exercício de dois mil e três sejam aprovados tal como apresentados."

c) "Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados do exercício, no montante de 29.684.383,04 euros sejam aplicados da seguinte forma:

Reservas legais- 1.484.220,00 euros

Dividendos- 27.987.329,69 euros

Reservas livres- 212.833,35 euros

Tendo em consideração que o Conselho de Administração se propõe manter o número de acções próprias em carteira até à distribuição do dividendo, a cada acção caberá o dividendo ilíquido a distribuir de 0,015 euros por acção."

Maia, 2 de Abril de 2004

A Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral